EFEITOS REGIONAIS DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO ALGODÃO, TÊXTIL, VESTUÁRIO. Uma Versão Resumida

Cássio Frederico Camargo Rolim
Professor da Universidade Federal do Paraná(UFPR).

RESUMO:

A abertura comercial ocorrida no Brasil nos últimos seis anos não mudou nenhuma das tendências estruturais da divisão especial do trabalho na cadeia produtiva do algodão, têxtil e vestuário. Ela apenas acelerou o processo e aprofundou os conflitos Oeste, a concorrência entre regiões têxteis decadentes como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, e as mais dinâmicas, como Santa Catarina e o Ceará. A abertura comercial do País está sendo um caminho com duas vias, uma vez que crescem tanto as importações como as exportações dentro do grupo Têxtil, além disso aqueles que acumulavam uma defasagem tecnológica de mais de vinte anos estão tendo o seu fim acelerado. Por outro lado o preço desse ajuste foi pago pelos produtores agrícolas de algodão e talvez pelos pequenos e médios industriais de Vestuário.

PALAVRAS-CHAVE:

Indústria Têxtil; Algodão

1 INTRODUÇÃO*

A redução, pela metade, da área produzida de algodão no Brasil e o fechamento de muitas empresas do setor Têxtil e de Vestuário, logo após a abertura comercial foi a motivação inicial deste trabalho. Para amenizar a tradicional dificuldade de informações da análise regional no Brasil, foram utilizadas fontes pouco usuais em estudos do gênero, como as do sistema estatístico da Confederação Nacional da Indústria, CNI, e das secretarias estaduais de finanças, além, evidentemente, das estimativas de produção física do IBGE. Também foram feitas entrevistas com produtores e industriais. A metodologia básica foi a comparação das séries que puderam ser construídas, considerando-se dois períodos. Um mais longo, que englobava os anos oitenta e noventa, em alguns casos chegando até 1975, e o período mais recente, visto com maiores detalhes, a partir da abertura comercial. Embora esse processo tenha-se iniciado ainda no governo Sarney, ele está sendo aqui considerado a partir do governo Collor, quando foi acentuado e tornou-se um objetivo explícito e importante da política econômica.

Mesmo sendo um estudo inicial, será desenvolvido o seguinte argumento: a abertura comercial ocorrida no Brasil nos últimos seis anos não mudou nenhuma das tendências estruturais da divisão espacial do trabalho na cadeia produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário. Ela apenas acelerou o processo e aprofundou os conflitos existentes entre os seus vários segmentos. A concorrência entre regiões têxteis decadentes – como Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo e as mais dinâmicas, como Santa Catarina e o Ceará – acelerou a marcha do algodão para o Oeste. A abertura está sendo um caminho com duas vias onde aqueles que acumulavam uma defasagem tecnológica de mais de vinte anos estão tendo o seu fim acelerado. O preço desse ajuste foi pago pelos produtores agrícolas de algodão. Embora não estejam incluídos os acontecimentos de 1996, a análise continua válida uma vez que os dados recentemente publicados acentuam as tendências detectadas.

A segunda parte do texto faz uma abordagem inicial das relações dentro da cadeia produtiva, bem como do impacto da abertura comercial sobre ela. Nesta parte a análise esteve mais centrada nos aspectos gerais do problema.

Na terceira, foi estudado o segmento agrícola da cadeia produtiva. Aqui os impactos territoriais do processo foram predominantes. Em seguida foi considerado o segmento industrial, também com ênfase espacial, no que se refere à produção física, volume de vendas e emprego e a origem das compras e destino das vendas. A quinta parte é uma pequena síntese do trabalho.

2 A ABERTURA COMERCIAL E A CADEIA PRODUTIVA: ALGODÃO, TÊXTIL, VESTUÁRIO.

A cadeia produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário é longa e complexa. Provavelmente é uma das únicas cadeias produtivas onde a vinculação com a agropecuária é intensa que não esteja integrada produtivamente. Na avicultura o produtor de frangos é um elo de uma cadeia sob a coordenação da indústria, que se preocupa com a produção nas granjas, com a assistência ao produtor, controle genético, chegando em alguns casos até a distribuição dos produtos ao consumidor final. Na cadeia do Algodão, Têxtil e Vestuário essa integração não existe. Para o industrial Têxtil, o processo começa na porta da sua fábrica com um fardo de algodão em pluma. Para o industrial de Vestuário, começa com a compra de peças de tecido independente de onde tenham sido produzidas.

Embora existam outras matérias-primas agrícolas para a indústria Têxtil, como a lã e a seda, o algodão é a fibra que reina absoluta na indústria brasileira e também na produção mundial. No caso brasileiro mais de ¾ da produção têxtil é feita a partir do algodão. Esta não-integração do processo produtivo é muito mais uma característica desse segmento industrial. Na produção da seda, por exemplo, essa integração

* Este texto é uma versão resumida do trabalho Efeitos Regionais da Abertura Comercial sobre uma Cadeia Produtiva Algodão, Têxtil e Vestuário, integrante do projeto Impactos Regionais dos Processos de Regulamentação e Privatização realizado no âmbito do IPEA sob a coordenação de Lena Lavinas.

entre o segmento agrícola e o industrial existe e é fundamental para o sucesso da indústria.

A tabela 2.1 mostra o fluxo genérico dessa cadeia produtiva no Brasil. Até meados da década de noventa a única parcela periodicamente aberta às importações era a relativa ao algodão em pluma, importado diretamente pelas indústrias Têxteis de Fiação. Posteriormente com a abertura comercial também passam a ser importados tecidos acabados que vão abastecer as indústrias de Vestuário. Até então os segmentos da indústria Têxtil impunham seus preços e ritmos de produção aos demais, com a liberalização comercial, pela primeira vez eles começam a sentir os efeitos da concorrência internacional e a perder parte do controle do sistema. Por outro lado, o segmento agrícola, que já era prejudicado, ficou em situação mais difícil ainda, o que explica a queda de produção algodoeira no país.

O algodão já foi uma cultura em grande parte nordestina (no período do predomínio da variedade arbórea, o *mocó*), atualmente essa região responde por uma parcela muito reduzida da produção que se encontra concentrada nos Estados de São Paulo e Paraná. Surge como nova área de produção o Centro-Oeste. Até a primeira metade dos anos setenta, o Nordeste respondia por cerca de 40% da produção e o Sudeste e o Sul por cerca de 56%. No meio dos anos oitenta, essa proporção já era de cerca de 21% para o Nordeste e 70% para o Sudeste e o Sul, com o Centro-Oeste já aparecendo com cerca de 7%. Agora, já em meio aos anos noventa, os ajustes decorrentes da crise do setor fizeram aumentar a participação do Nordeste e do Centro-Oeste para respectivamente 25% e 16,7%. Vide a TABELA 1.

A variedade herbácea é uma cultura perene, plantada no resto do país, sendo os maiores produtores o estado de São Paulo e o Paraná. Os níveis de produtividade são bastante elevados, em relação ao mocó, mas em relação ao padrão internacional ainda são bastante baixos. Com a crise dos últimos anos (fim dos anos oitenta e início dos noventa), e a conseqüente perda de rentabilidade da cultura ela tem migrado para áreas mais distantes com terras mais baratas.

Em 1988, a produção brasileira, que ao longo dos anos oitenta garantia a auto-suficiência do produto, foi de cerca de 860 mil toneladas de pluma. Em 1994/1995, caiu para cerca da metade desse volume. A fragilidade do produtor, em todas as regiões, e a eliminação das alíquotas de importação conseguiu essa façanha.

A comercialização do produto percorre uma longa trajetória entre o produtor (algodão em caroço) e a indústria (fardos de algodão em pluma). Esse grande número de intermediários, dos mais variados tipos, além de enfraquecer economicamente o produtor, também não tem maiores compromissos com a melhoria da qualidade do produto que vai chegar às indústrias.

Por outro lado, o segmento industrial também é bastante diversificado. O único segmento a ter contato com o ramo agrícola, e assim mesmo apenas com as algodoeiras, são as fiações. Estas, por sua vez, sempre tiveram, e agora mais que nunca, a possibilidade de importar algodão em pluma. Para os demais componentes, tecelagem, acabamento, etc, os insumos são obtidos dentro da atividade industrial.

As confecções recebem o tecido pronto. Muitas vezes não compram das indústrias, mas sim do comércio atacadista de tecidos. Atualmente também têm a alternativa de utilizar tecidos importados, que tanto pode ser obtido por

TABELA 1
DISTRIBUIÇAO REGIONAL DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO
ANOS SELECIONADOS

	NO	NE	SE	S	CO	BRASIL
1975/76	0	42,9	32,2	24,1	0,9	100,0
1980/81	0,1	19,9	37,7	33,6	8,7	100,0
1985/86	0,1	21,8	37,6	33,2	7,2	100,0
1990/91	0,1	12,3	26,3	49,3	11,9	100,0
1994/95	0,0	25,0	24,7	33,6	16,7	100,0

FONTE:DADOS BRUTOS : IBGE-LSPA EMBRAPA-CNPA

importação direta como através do atacadista local.

Dentro desse quadro, a abertura comercial agudizou conflitos de interesses. A indústria Têxtil procura garantir o abastecimento do algodão em pluma ao menor custo possível, tendo como alternativa o mercado internacional. As algodoeiras para garantir uma certa margem de lucro têm que se equilibrar-se entre o preço imposto pela indústria e o preço que elas impõem aos produtores. Por sua vez a indústria Têxtil, uma vez que não é mais a única fornecedora das indústrias do Vestuário, tem como alternativa buscar a competitividade, fechar as portas, ou pressionar para obter um retorno da proteção à concorrência externa.

As indústrias do Vestuário se por um lado conseguiram livrar-se do oligopólio Têxtil, por outro também enfrentam a concorrência externa. Têm as mesmas alternativas da indústria Têxtil. No entanto, dada a diversidade de firmas, as estratégias de enfrentamento são diferentes. Apenas como exemplo, camisarias do Estado de São Paulo têm contratado partidas de camisas na Coréia, enviando os moldes, a padronagem, o tipo e textura do tecido, embalagem, etc, e recebem o produto pronto para comercialização, tal como estivessem fazendo uma encomenda no bairro da Lapa. Outra estratégia tem sido enviar essas camisas semi-acabadas para o sudeste asiático, onde são terminadas e retornam também embaladas para a comercialização* . Evidentemente apenas as grandes empresas do ramo podem seguir essas estratégias, no entanto, as empresas predominantes são em grande parte pequenas, ou até mesmo empresas de fundo de quintal. Para estas, as estratégias passam pela obtenção do tecido, seja de qual nacionalidade for, ao menor preço possível e pela redução dos salários.

* Informação fornecida por um grande *trader* do ramo radicado em São Paulo.

Essas indústrias concentram-se regionalmente no Sudeste e no Sul do Brasil. Vide a tabela 2.2. Mais de 80% do pessoal ocupado da indústria Têxtil está nessas regiões e quase 90% do gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Pano* . Elas são muito heterogêneas, mesmo dentro das regiões. Por exemplo, a indústria Têxtil do Nordeste tem segmentos modernos que dispõem de alta tecnologia, como as fiações do Ceará, e segmentos mais atrasados, como as tecelagens de Pernambuco. Também a indústria Têxtil mineira caracteriza-se por atrasos tecnológicos, particularmente a localizada em Juiz de Fora. Em São Paulo coexistem indústrias modernas e atrasadas.

A indústria catarinense talvez seja a mais integrada com a etapa seguinte da cadeia, Vestuário e Artefatos, cuja característica é a fragmentação em pequenos estabelecimentos. Esse gênero foi o que apresentou a maior mobilidade espacial no Brasil durante a década de oitenta. ROLIM (1992)[11].

Não obstante as distorções decorrentes da apreciação cambial no período, o único segmento da cadeia produtiva que não esteve protegido durante o processo de liberalização comercial foi o produtor de algodão. Para os demais, essa proteção sempre existiu, particularmente para aqueles vinculados à utilização de fibras sintéticos considerados os menos competitivos da cadeia produtiva. Note-se que desde 1990 a alíquota do algodão em pluma é zero, as dos demais setores que utilizam, em sua maioria, fibras sintéticos tem sido a partir de 1992 em termos médios, mais de 2,5 vezes superiores aos que utilizam fibras naturais.

O resultado da liberalização comercial, no que se refere às importações, ainda não pode ser

TABELA 2
GRANDES REGIÕES-1985 DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO

	NO	NE	SE	SUL	CO	BRASIL
Têxtil	1,59	16,08	68,21	13,52	0,60	100,0
Vest.,Calç.,Art. Tecidos.	0,19	9,10	55,05	34,64	1,02	100,0

Fonte:IBGE,Censo Industrial.

* Esses números superestimam a participação dessas regiões porque incluem as indústrias de calçados dos dois maiores centros produtores do país, Franca(SP) e as cidades do Vale do Rio dos Sinos(RGS).

plenamente avaliado devido à insuficiência de informações estatísticas. Mesmo assim é possível estabelecer alguns parâmetros para as avaliações futuras. As indústrias do setor se dizem prejudicadas porque não conseguem suportar uma concorrência desleal, onde existiriam práticas de *dumping*, salários aviltados, carga tributária reduzida, juros mais baixos, etc. Essas reclamações, comandadas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil, ABIT, referem-se primordialmente à importação de tecidos do sudeste asiático, embora sejam de fato tecidos coreanos, e também à importação de camisas. Muitas vezes elas estão centradas nos produtos de fibras sintéticas e o principal exemplo danoso da concorrência é o grande número de empresas fechando suas portas na cidade de Americana(SP).

É possível contestar, ou pelo menos, relativizar a maioria desses argumentos (ROLIM, 1996)[10]. Os dados incompletos sobre as importações não permitem uma avaliação mais aprofundada, porém, inegavelmente, elas aumentaram. No entanto, as importações brasileiras nos anos noventa são fundamentalmente importações de matéria-prima, onde o algodão tem o maior peso. Em segundo lugar, vem a importação de fios e, em terceiro lugar, tecidos. É importante salientar que o grande crescimento das importações desse grupo é a matéria-prima algodão, produto em que o Brasil era auto-suficiente até poucos anos atrás. Por outro lado existem indicações de um expressivo aumento das exportações.

O ponto de partida para a compreensão do impacto da liberalização comercial sobre as importações do setor está na comparação das estruturas de custo brasileiras em relação a alguns países concorrentes.

As estimativas de custo para o algodão em pluma na safra 1993/94 foram de US$ 1,36/kg no Brasil, US$ 1,42/kg na Argentina, US$ 1,86/kg nos Estados Unidos(IPARDES, 1996. P.88)[5]. As possíveis explicações para esses resultados em relação ao algodão provavelmente estejam relacionadas com a *migração* da cultura.(ROLIM,1996)[10]

As estimativas para a fiação e tecelagem permitem vislumbrar alguns dos pontos salientados pela ABIT. A partir do trabalho de HRIVANATZ(1991)[4], foi calculada inicialmente a diferença nas estruturas de custos da Alemanha, Índia, Japão, Coréia, EUA, tendo como base o custo do Brasil.

De uma maneira geral, o Brasil tem uma enorme vantagem sobre os demais países considerados, no que se refere à energia e - excetuando-se os produtores de algodão: Índia e Estados Unidos - também apresenta vantagens no que se refere à matéria-prima. A grande desvantagem brasileira está nos custos de capital. Dada a estrutura de custos de cada país e a participação que esse item possui, reside aí a principal componente explicativa, em termos proporcionais, dos custos mais elevados da produção brasileira.

Em relação à Coréia, considerada a grande concorrente brasileira, existem alguns dados curiosos. Em primeiro lugar o diferencial de custos totais está na casa dos 10%, os de mão-de-obra, 12% e os de capital 41%. Na estrutura de custos brasileiros, mão-de-obra tem uma proporção equivalente à coreana, cerca de 8%. Capital, no entanto, representa 41% no Brasil e 27% na Coréia. Dessa forma não se compreende a grande ênfase que os empresários do setor colocam no peso da mão-de-obra para o chamado *Custo Brasil*. Por outro lado, há que se perguntar como países como a Alemanha, Japão e Estados Unidos, com estruturas tributárias semelhantes à brasileira e custos totais mais elevados que os nossos, além de continuarem no mercado, não estão com seus parques têxteis ameaçados de destruição!

Esses valores consideram apenas os custos na produção. Embora sejam a base para a formação dos preços finais, não estão incorporando custos de comercialização e, principalmente, o *mark-up* das empresas. Também não refletem diretamente os diferenciais de produtividade entre os países. Além disso, eles referem-se a 1991, ano em que o efeito da liberalização comercial ainda não estava de todo refletido sobre a matéria-prima, o algodão.

Mesmo assim, considerando que nos anos subseqüentes a pressão sobre a matéria-prima aumentou e que a elevação dos juros no Brasil ocorreu em períodos mais recentes, a eventual perda de competitividade em decorrência da elevação do chamado *Custo Brasil* poderá ser encontrada nessa componente.

A indústria Têxtil também usa na sua argumentação em defesa da proteção à concorrência internacional a necessidade de proteger o núme-

ro de empregos. Os dados não confirmam esse argumento (ROLIM,1996)[10]. O volume de empregos em 1994 corresponde à metade do existente em 1990. Isto provavelmente, deve-se às inovações tecnológicas em curso no setor e não à concorrência externa. Essa inovação pode ser estimada com base no volume de importações de máquinas, que entre 1989/1994 mais que dobrou, crescendo 127%. Isso implica em um enorme ganho de produtividade,

"...enquanto um moderno tear com lançadeira (180 batidas por minuto) chega a produzir 9,8m de tecido por hora, um tear sem lançadeira de 700 batidas por minuto produz, no mesmo tempo, 38,2m de tecido, ocupando menos espaço físico e permitindo um corte de mão-de-obra superior a 50%."(CONSTRUTORA ECONÔMICA, 1995)[2]

O outro argumento reivindicatório da indústria Têxtil centra-se na perda de rentabilidade do setor e das conseqüentes falências e fechamentos de empresas e conseqüentes perdas de postos de trabalho. Embora refiram-se às maiores empresas, aquelas que tiveram melhor desempenho, os números constantes do estudo especial da revista Conjuntura Econômica, sobre o desempenho desse setor parecem não confirmar o argumento.

A revista considera 26 setores, apenas seis deles obtiveram, enquanto mediana do setor, um percentual de rentabilidade do patrimônio líquido superior ao da indústria Têxtil. Em uma ordenação que vai de -3.28% a 31.89%, o indicador para a indústria Têxtil é de 14.43%.

As 17 empresas consideradas distribuem-se pelo país da seguinte forma: em Santa Catarina, 6; em São Paulo, 3; no Ceará, 2; em Minas Gerais 2; no Rio de Janeiro 2; no Rio Grande do Norte e no Amazonas 1 empresa. Apenas duas tiveram lucro líquido negativo, uma em Santa Catarina e outra no Rio de Janeiro.

Dado o peso do Sudeste na participação da indústria Têxtil nacional, era de se esperar um número mais elevado de empresas dessa região. No entanto, somente o Ceará e Santa Catarina sediam quase a metade dessas empresas.

As maiores empresas, do setor de Vestuário estão, segundo a pesquisa da Conjuntura Econômica, englobadas com as de Calçados, o que distorce a avaliação dos indicadores setoriais. No entanto, elas tiveram um crescimento de produção de cerca de 26%, atingindo o maior volume de produção desde 1986(CONJUNTURA ECONÔMICA, 1995)[2]. Entre as 5 empresas de Vestuário, Santa Catarina sedia 2, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, uma empresa cada um. Nenhuma delas com resultado negativo.

3 O ALGODÃO.

3.1 INTRODUÇÃO

O impacto da liberalização comercial em pouco mais de 4 anos reduziu pela metade a produção nacional e fez com que se perdesse o equivalente a 1,8 milhões de postos de trabalho. Se considerarmos que uma grande empresa montadora de automóveis, como a antiga Autolatina nos seus melhores tempos, empregava cerca de 60 mil trabalhadores, a redução da área plantada do algodão nas últimas cinco safras representa quase 30 montadoras daquele porte.

A produção de algodão no Brasil atingiu o seu auge em termos de área colhida e volume de produção na safra de 1984/85. A partir daí esses valores vieram caindo, chegando à metade na safra 1994/95. Não obstante esses percalços, a produtividade da cultura continuou crescendo, atingindo o seu auge na safra 1990/91 e, após uma redução nos anos subseqüentes, já se encontra próxima daqueles níveis. Vide GRÁFICO 1.

Entre os vários fatores determinantes para esse quadro, a redução das alíquotas de importação de 55% em 1987, para 10% em 1989 e 0% a partir de 1990 foi a mais importante delas.

Como já foi visto, a produção no território brasileiro é concentrada no Centro-Sul, particularmente São Paulo e Paraná, enquanto novas regiões produtoras começam a surgir, como o Centro-Oeste e sub-regiões do Nordeste que não eram produtoras tradicionais, como é o caso do Oeste da Bahia e do Sul do Piauí. A produção nordestina, que hoje é muito reduzida, passou por profundas transformações estruturais, acen-

tuadas nos anos oitenta e aprofundadas pela crise atual.

3.2 O ALGODÃO DO NORDESTE

A decadência do algodão do Nordeste é estrutural e sobre ela a liberalização comercial teve pouca influência. Por outro lado surgiram novas áreas produtoras de algodão dentro do Nordeste onde esse impacto pode ser percebido. O algodão produzido no Nordeste era da variedade arbórea, popularmente conhecida como ***mocó***. Essa variedade é uma cultura permanente, com ciclo de cerca de 5 anos e com níveis de produtividade muito reduzidos. Delimitava uma vasta região conhecida como a região do consórcio gado-algodão, em sua maior parte no semi-árido nordestino. Os agregados das fazendas plantavam o algodão junto com outras culturas de subsistência e, após a colheita o gado se alimentava da ***capoeira***. Esse algodão ao ser beneficiado, tornando-se pluma, deixa como subprodutos a torta (que alimenta o gado) e o óleo. Uma série de fatores, entre eles a fragilidade econômica do produtor e o surgimento da praga do ***bicudo***, foi responsável pela decadência e virtual desaparecimento desse sistema no Nordeste, (ROLIM & CARLEIAL, 1990)[12] a produção que ainda existe na região é da variedade herbácea, cuja cultura exige um grau de tecnologia e capitalização maior e, além disso, é plantada em outras sub-regiões do Nordeste, particularmente no Oeste da Bahia.

Esse sistema, já estruturalmente abalado, irá passar por mais três episódios que irão fazer com que nos dias atuais ele seja visto como uma relíquia: a prolongada seca entre 1979 e 1983; praga do bicudo, surgida em 1983 alastrando-se em 1984/85; a liberalização comercial a partir de 1989/90.

A liberalização comercial dos anos noventa é apenas uma pá de cal em uma cultura já considerada anacrônica. A rigor, a sua contribuição para o fim da cultura é quase que absolutamente marginal. O mocó está acabado, embora não se possa afirmar que o sistema de produção que o mantinha esteja.

O aumento da área colhida e da produção nas safras de 1993/94 e 1994/95 resultam, principalmente, da produção em áreas que não fazem parte das tradicionais regiões produtoras do Nordeste, como a Bahia. Nessas áreas a produção se dá de maneira mais semelhante à do Centro-Sul, com um sistema de produção diferente daquele do gado-algodão

3.3 O ALGODÃO DO CENTRO-SUL

A análise da situação do Centro-Sul, especificamente a da Zona Meridional, pela importância na produção brasileira pode ser estendida à produção nacional de algodão herbáceo e, por conseguinte, dado o quase desaparecimento do mocó, ao total da produção do Brasil.

A maior safra brasileira foi a de 1984/85, com a produção de cerca de 2836 ton de algodão em caroço, equivalente a 1020 mil toneladas de pluma* . Até 1998, a alíquota de importação para a pluma era de 55%; em 1989, ela já foi de 10% e, a partir de 1990, 0%. O impacto dessas reduções tarifárias já se fizeram notar na safra de 1988/89, mas foi a seguinte, 89/90 aquela que sofreu todo o impacto da abertura. A partir de 1989, os preços começam a cair aceleradamente só revertendo a tendência a partir de 1992, embora não tenham conseguido retornar aos níveis de 1989.

Os preços da pluma vinham de uma trajetória crescente a partir de 1986, enquanto os do caroço, os recebidos pelos produtores, mantinham-se relativamente estáveis. Tais preços, embora sejam influenciados pelos preços internacionais, reagem ao volume de estoques existentes no mercado interno. Assim é possível notar, pela Tabela 3, que, em 1984, os estoques estavam no mais baixo nível registrado no período. Isso certamente é um reflexo da grande depressão do início dos anos oitenta. Com a reativação da indústria, há uma retomada da produção que culminou com a grande safra de 1984/85 e um grande acúmulo de estoques de pluma. Com tal volume de estoques os preços permanecem estáveis em 1985 e 1986 e a produção a ponto da safra 86/87 praticamente voltar aos níveis da-

* A produção em pluma é obtida por cálculo. O coeficiente é de cerca de 2,77 unidades de algodão em caroço para uma de pluma.

quelas da depressão. A aceleração do consumo e a queima dos estoques acumulados ao longo de 1986 lança novamente os preços em trajetória ascendente. Com os estoques em elevação, o anúncio da redução das alíquotas de importação derruba os preços e também inicia o processo de derrubada da produção brasileira

A partir de 1991 começa a escalada da importação. Os estoques reduzidos em 91 e 92 não elevaram os preços, apenas aceleraram o ritmo das importações* que tiveram o seu auge em 1993 com 508,5 mil toneladas de pluma para um consumo de 829,5 mil toneladas e uma produção seguir melhores preços internacionais uma vez que as importações derrubavam os preços internos. Esse esquema pôde vigorar até 1992, quando o esgotamento dos estoques impediu o seu prosseguimento.

Dada a elevação do consumo, a baixíssima produção de 1993 e o nível dos preços em 1992, ocorreram as grandes importações nesse ano, que também serviram para repor os estoques e pressionar a elevação dos preços que não foi melhor sucedida em decorrência da elevação do consumo.

TABELA 3
QUADRO DE SUPRIMENTO DE ALGODÃO NO BRASIL (1000 ton.)

	Estoque	Inicial	Prod.	Imp.	Suprim.	Cons.	Exced.	Export.	Estoque Final
1980	01/03/80	118	577	0	695	572	123	9	114
1981	01/03/81	114	594,4	2	710,4	561	149,4	30,8	118,6
1982	01/03/82	118,6	680,5	0	799,1	580,6	218,5	56,5	162
1983	01/03/83	162	586,3	2,4	750,7	556,7	194	180,2	13,8
1984	01/03/84	13,8	674,5	7,8	696,1	555,2	140,9	32,3	108,6
1985	01/03/85	108,6	968,8	20,5	1097,9	631,4	466,5	86,6	379,9
1986	01/03/86	379,9	793,4	67,4	1240,7	736,6	504,1	36,6	467,5
1987	01/03/87	467,5	633,4	30	1130,9	774,7	356,2	174	182,2
1988	01/03/88	182,2	863,6	81	1126,8	838	288,8	35	253,8
1989	01/03/89	253,8	709,3	132,1	1095,2	810	285,2	160	125,2
1990	01/03/90	125,2	665,7	86	876,9	730	146,9	110,5	36,4
1991	01/03/91	36,4	717	105,9	859,3	700	159,3	124,3	35
1992	01/03/92	35	667,1	167,8	869,9	748	121,9	33,8	88,1
1993	01/03/93	88,1	420,2	508,5	1016,8	829,5	187,3	8,3	179
***1994**	01/03/94	179	483,1	330	992,1	850	142,1	8	134,1
***1995**	01/03/95	134,1	594,1	320	1048,2	900	148,2	13	135,2

FONTE: CONAB*EST.-ELABORAÇÃO EMBRAPA-CNPA** Inclui a Produção do cocó..

nacional de 420,2 mil toneladas, a mais baixa dos últimos quinze anos!

Em 1989, o estoque inicial de 253,8 mais a produção de 709,3 era perfeitamente possível atender um consumo que foi de 810 mil toneladas. Mesmo assim foram importadas 132,1 mil toneladas de pluma. Os anos de 1989, 90 e 91 são anos de elevadas importações e também elevadas exportações. Isso sugere estratégias de lucratividade das indústrias têxteis: importação da pluma, aproveitando-se das reduções de alíquotas; e das algodoeiras: exportação, para conNesse embate os produtores levaram a pior, pois além da queda do preço do caroço ter sido mais acentuada, eles não tinham a alternativa do mercado externo. Durante esse período de queda de preços as margens de lucros das algodoeiras devem ter aumentado.

Assim sendo, não causa surpresa alguma a queda na área e na produção do algodão no Brasil a partir de 1985. Deve-se também notar que esse processo não decorreu apenas da extinção das alíquotas para a importação do algodão. A queda dos preços e o enfraquecimento econômico dos produtores teve um antecedente provocado pela acumulação de estoques nas safras da metade dos anos oitenta, com a alíquota zero o processo foi aprofundado.

* 1992 e 1993 foram anos de preços internacionais baixos em decorrência de uma redução de estoques dos principais produtores internacionais, particularmente os Estados Unidos. IPARDES(1995),p.98.

A queda na área e na produção não ocorreu homogeneamente no Centro-Sul. Ela foi imediata em São Paulo, demorou para ocorrer no Paraná, chegando mesmo a se elevar nesse estado assim como no Centro-Oeste. No entanto,a partir da safra de 91/92, a queda foi abrupta no Paraná embora tenha-se mantido estável no Centro-Oeste. Vide GRÁFICO 2.

O Paraná supera São Paulo em termos de área e produção a partir da safra de 1978/79. A partir da super-safra de 84/85, inicia-se uma tendência de redução de área colhida em São Paulo substituída por culturas mais rentáveis, acentuada com a abertura comercial. Por outro lado, o algodão, no Centro-Oeste, começa a ampliar a área a partir da safra de 1988/89.

Pode parecer um paradoxo a ampliação da área no Paraná e no Centro-Oeste no momento inicial da redução das alíquotas de importação e de preços em baixa. Há que se considerar uma certa defasagem da oferta agrícola ao movimento dos preços, porém, mais importante ainda é que com a queda da rentabilidade da cultura, ela começa a migrar para áreas de terras mais baratas onde ainda seja possível obter algum ganho. Essa migração da cultura segue em linhas gerais uma lógica *thuniana*.

Assim como o café, o algodão também teve a sua marcha para o Oeste. Em São Paulo, na década de trinta, estava no eixo Campinas-Ribeirão Preto e vai deslocando-se para Oeste em direção a Presidente Prudente, e a Noroeste, Araçatuba e São José do Rio Preto. Atualmente, está no extremo oeste do estado.

Esse movimento também teve uma contrapartida no Paraná, onde a cultura, iniciada no nordeste do estado, deslocou-se para o noroeste e oeste. A atuação das cooperativas foi significativa para essa marcha e também para a expansão da área*, no entanto a questão básica repousa nos preços mais reduzidos das terras e na substituição de culturas (IPARDES, 1995, p.46-61)(5).

O algodão no Centro-Oeste não deixa de ser a continuidade dessa marcha. Ele sobe pelo sul de Goiás e leste de Mato Grosso, no prosseguimento do noroeste de São Paulo e pelo oeste do estado em direção a Mato Grosso do Sul. Vide MAPA 1.

A expansão nessa região tem sido explicada por uma topografia privilegiada que permite a mecanização de todo o processo, até mesmo da colheita, pelo clima mais regular, que permite maior homogeneidade da fibra, pelo fato da produção ocorrer em grandes áreas com elevado grau de tecnologia e produtividade e também pelas expectativas criadas a partir da Hidrovia Tietê-Paraná e pela Ferronorte(IPARDES, 1995, 37-38)(5). A produtividade nessa região tem superado a do Paraná nas últimas safras.

Uma outra face dessa crise da cotonicultura brasileira é a redução do volume de emprego direto na agricultura. As estimativas abaixo consideram os coeficientes de mão-de-obra por área e um determinado número de dias trabalhados, que no caso do Nordeste é de 170 dias por ano, considerando a implantação da cultura a sua manutenção e colheita. Os valores totais para o Nordeste são a soma dos valores para a área do mocó e do herbáceo. Os valores para o Centro-Sul também seguem metodologia semelhante de cálculo, embora os coeficientes sejam ligeiramente diferentes.

Com base nessas estimativas o cálculo das perdas decorrentes da abertura comercial foi feito considerando como base o volume de emprego de 1988, de onde foram subtraídos os valores estimados para cada ano subseqüente. Os resultados encontram-se na TABELA 4.

Se o preço para a modernização do complexo algodão/têxtil/vestuário for esse, ele além de muito alto está sendo mal distribuído setorial e regionalmente.

Uma síntese do que foi dito nesta seção diria que:

- A liberalização comercial aprofundou uma crise já existente na produção de algodão no Brasil, fazendo com que o país reduzisse a sua produção à metade, deixando de ser auto-suficiente.

Essa crise teve efeito diferenciado nas diferentes regiões do país:

Contribuiu para o surgimento de novas áreas de algodão herbáceo no Nordeste e não significou nada para a produção de algodão mocó, que já era decadente.

* Em decorrência dos incentivos recebidos do governo estadual as cooperativas procuram também fiar o algodão. Com isso elas aumentam a integração dentro da cadeia produtiva e passam a receber mais de 70% do algodão produzido. IPARDES(1995)

TABELA 4
ESTIMATIVAS DE EMPREGO PERDIDO NA CULTURA DO ALGODÃO DECORRENTE DA LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL - 1989-1994(*)

	BRASIL	PARANÁ	S. PAULO		NORDESTE	
				Mocó	Herbáceo	TOTAL
1989	143.300	18.000	31.300	19.113	55.125	74.238
1990	216.700	-7.000	29.000	42.193	142.874	185.067
1991	241.100	-49.000	34.100	64.028	140.863	204.891
1992	242.200	-78.000	45.400	74.248	131.475	205.724
1993	497.300	41.000	75.000	98.345	200.341	298.685
1994	460.600	76.000	73.500	102.006	114.300	216.306
SOMA	1.801.200	1.000	288.300	399.933	784.978	1.184.911

FONTE: ROLIM, 1996[10].As estimativas para o Brasil, São Paulo e Paraná foram feitas com coeficientes diferentes daqueles utilizados para o NE.(Diferenciais próximos de 7%)

- Acelerou um processo de deslocamento da cultura em direção à novas áreas, Centro-Oeste, Oeste do Paraná, Oeste de São Paulo e mesmo para a Rondônia, em detrimento das áreas tradicionais dentro do próprio estado de São Paulo e do Paraná.

- O ajuste foi realizado sobre os produtores agrícolas, tanto pelas algodoeiras/maquinistas como pela indústria Têxtil. Os produtores remanescentes conseguiram mostrar ganhos de produtividade através da redução de custos de produção.

- As perdas do volume de emprego decorrentes da redução da área colhida durante o período da liberalização comercial eqüivalem a 30 grandes montadoras de automóveis.

4 O SEGMENTO INDUSTRIAL

4.1 INTRODUÇÃO

O procedimento básico na análise destes dados foi a comparação do grau de semelhança entre as séries de índices de produção física e de vendas. Para o Brasil, como um todo a comparação foi feita com o total da indústria de Transformação; para os estados, procurou-se detectar aqueles com trajetórias semelhantes. Isso foi feito pela observação do conjunto de gráficos gerados e, de uma maneira mais rigorosa, pelo uso de coeficientes de estatística não-paramétrica: O Coeficiente de Concordância de Kendall, que mostra a concordância ordinal entre duas ou mais séries consideradas e varia de 0 a 1 - quanto mais elevado maior a concordância entre elas n(ão importa se os níveis absolutos sejam mais ou menos elevados, mas sim que haja semelhanças entre as trajetórias das séries); o segundo coeficiente, Correlação Ordinal de Spearman, é usado para medir a correlação entre pares de séries, também varia entre 0 e 1. A diferença entre eles é que o primeiro pode medir um grupo de séries e o segundo apenas um par.(SIEGEL, 1956)[13]

Considerando o Brasil como um todo, a trajetória dos índices de produção física industrial para a Indústria de Transformação, Têxtil e Vestuário, no período compreendido entre 1975 e 1990, com dados anuais, e o período 1991-1995, onde ocorreram os efeitos da liberação comercial, com dados mensais, salientam-se alguns fatos que podem ser resumidos como se segue.

- A primeira observação é que a concordância das trajetórias dos dois gêneros com a Indústria de Transformação diminui, K=.68, basicamente em decorrência da trajetória da indústria Têxtil, K=.71, uma vez que a Indústria de Vestuário e a de Transformação mantiveram os mesmos coeficientes, K=.75. Tabela 5.

- A indústria Têxtil, desde 1975 até meados dos anos 90, tinha uma trajetória muito mais semelhante à da Indústria de Transformação como um todo que com a indústria de Vestuário.

- A indústria de Vestuário esteve em crise durante toda a segunda metade dos anos oitenta,

com uma ligeira recuperação em 92 e 93, para novamente entrar em decadência.

- A partir da segunda metade de 1994, coincidindo com a implantação do Real, os dois gêneros, particularmente Têxtil, entram em um período de elevação do nível de produção mais intenso que o dos ciclos anuais anteriores. A queda dos níveis de produção no primeiro semestre de 1995 é cíclica, a diferença está no fato de ela ter sido mais profunda que nos anos anteriores, assim como a elevação do segundo semestre de 94 também foi mais intensa.

os índices do volume de vendas e de pessoal empregado* . Finalmente, com dados das Secretarias Estaduais da Fazenda, as origens das compras e o destino das vendas dos setores considerados.

O segmento industrial da cadeia produtiva é composto pelo gênero Têxtil e pelo gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos. Embora o segmento Calçados não faça parte da cadeia produtiva dado o nível de agregação do IBGE e das demais fontes de informações, não foi possível excluí-lo. No entanto, a sua participação no

TABELA 5
BRASIL-IND.TRANSF.,TÊXTIL,VESTUÁRIO - COEFICIENTE DE CONCORDÂNCIA DE KENDALL 1975-1990(ANUAL), 1991-1995(MENSAL)

Gêneros Ind.	1975-1990		1991-1995	
Ind.Transf.;Têxtil;Vest.	K= .78	χ=35.06	K= .68	χ=113.55
Têxtil, Vestuário	K= .82	χ=24.66	K= .84	χ=92.42
Ind.Transf.;Têxtil	K= .93	χ=27.79	K= .71	χ=78.05
Ind.Transf.; Vestuário	K= .75	χ=22.63	K= .75	χ=75.03

4.2 A TRAJETÓRIA REGIONAL

Os estados considerados foram Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Inicialmente foi analisado o desempenho da produção física industrial nesses estados, com dados do IBGE. Em seguida, com dados das Federações das Indústrias estaduais coletados com uma metodologia comum desenvolvida pela Confederação Nacional da Indústria, o sistema CNI, foram analisados

gênero além de relativamente reduzida está concentrada nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (não considerado na amostra).

Os estados selecionados representam cerca de 83% e 72% do Pessoal Ocupado, dos gêneros Têxtil e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, respectivamente. Vide Tabela 6 O Ceará, Minas Gerais e Santa Catarina são os estados onde o gênero Têxtil apresenta maior participação na estrutura da indústria local. Para o gênero Vestuário isso acontece nos estados do Ceará, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco. O

TABELA 6
PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS SELECIONADOS NO TOTAL NO BRASIL NOS GÊNEROS TÊXTIL E VESTUÁRIO,CALÇADOS, ART. DE TECIDOS - 1985 P.O.

	Têxtil	Vest.Calç Art.Tec.
CEARÁ	3,86	3,22
PERNAMBUCO	3,85	2,49
MINAS GERAIS	7,9	9,95
RIO DE JANEIRO	7,75	8,74
SÃO PAULO	49,23	37,88
PARANÁ	2,77	1,68
SANTA CATARINA	8,0	8,05
TOTAL EST.	**83,36**	**72,01**

FONTE Dados Brutos:IBGE, Censo Industrial

* Não apresentado aqui por falta de espaço.

TABELA 7
PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS TÊXTIL E VESTUÁRIO,CALÇADOS, ART.TEC. NA ESTRUTURA INDUSTRIAL DE ESTADOS SELECIONADOS - 1985 P.O.

	Têxtil	Vest.Calç Art.Tec.
CEARÁ	12,24	19,03
PERNAMBUCO	8,93	10,77
MINAS GERAIS	10,7	7,23
RIO DE JANEIRO	5,15	10,84
SÃO PAULO	6,84	9,82
PARANÁ	3,78	4,28
SANTA CATARINA	9,06	17,0

FONTE Dados Brutos:IBGE, Censo Industrial

estado de São Paulo, não obstante, possui quase 50% da indústria Têxtil brasileira e cerca de 38% da indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de tecidos* . Disputando o segundo lugar em ambos os gêneros vem Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Vide TABELA 7.

4.2.1 Produção Física Industrial (IBGE)

4.2.1.1 O Gênero Têxtil

No que se refere à produção física, pode-se dizer que, a nível regional, a indústria Têxtil, vide GRÁFICO 3 e TABELA 8, apresentou as seguintes características:

- Historicamente há uma trajetória semelhante entre Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina: tendência de estabilização em níveis reduzidos de produção. É um traço estagnacionista.

- Pernambuco e o Rio de Janeiro encontram-se numa profunda decadência desde 1986.

- De 1994 para cá, as reações foram muito diversas. O Rio de Janeiro parece ter entrado em um período de recuperação. Pernambuco, após um breve intervalo, retoma a trajetória descendente. São Paulo tem uma queda acentuada nos três últimos meses e Santa Catarina mantém seu padrão cíclico. Minas Gerais acentua o traço de estagnação.

- Parece estar-se estabelecendo um padrão de concorrência onde estão levando a melhor neste momento o Rio de Janeiro e Santa Catarina em detrimento, principalmente, de Pernambuco e Minas Gerais e também de certa forma São Paulo (que detém quase 50% da produção brasileira).

4.2.1.2 O Gênero Vestuário.

Não obstante a sua heterogeneidade,este gênero tende a apresentar maior concordância de trajetórias nos vários estados considerados. O GRÁFICO 4 e a TABELA 9 ilustram essa afirmativa.

TABELA 8
Estados selecionados -Têxtil coeficiente de concordância de KENDALL
1981-1993(Anual) 1994-1995(Mensal)

Grupos de Estados	1981-1993		1994-1995	
NE,PE,MG,RJ,SP,PR,SC	K= .53	χ=44.87	K= .43	χ=57.19
NE,PE,MG,RJ,SP,SC	K= .72	χ=52.50	K= .52	χ=59.43
NE,MG,SP,SC	K= .69	χ=33.36	K= .63	χ=47.61
MG,SP,SC	K= .74	χ=26.81	K= .65	χ=47.66
PE,RJ	K= .97	χ=23.27	K= .47	χ=17.8

* São Paulo é importante produtor de calçados, dessa forma esses valores estão superestimando as componentes da cadeia Têxtil/Vestuário.

TABELA 9
ESTADOS SELECIONADOS -VESTUÁRIO, CALÇADOS, ART.TECIDOS COEF. DE CONCORDÂNCIA DE KENDALL 1981-1993(ANUAL) 1994-1995(MENSAL)

Grupos de Estados	1981-1993		1994-1995	
NE,PE,MG,RJ,SP,PR,SC			K= .56	χ=74.29
NE,PE,MG,RJ,SP,SC			K= .71	χ=81.10
NE,MG,RJ,SP,SC	K= .71	χ=42.83	K= .68	χ=65.07
NE,MG,SC	K= .75	χ=27.07	K= .70	χ=40.11
MG,RJ,SP	K= .85	χ=30.68	K= .71	χ=40.79
RJ,SP	K= .97	χ=23.27	K= .88	χ=33.37
RJ,SP,SC			K= .79	χ=44.90
NE,SC	K= .74	χ=17.67	K= .87	χ=33.06

A síntese sobre este gênero aponta o seguinte:

- Os três maiores produtores, Minas Gerais, Rio e São Paulo, responsáveis por cerca de 58% do Pessoal Ocupado do gênero em 1985, apresentam uma tendência declinante desde 1986, apenas o Rio de Janeiro esboça uma reação nos períodos mais recentes.

- Aparentemente o maior dinamismo está surgindo em outras regiões produtoras como no Nordeste, Santa Catarina e Paraná.

- As regiões em situação difícil já estavam estruturalmente em decadência muito antes da abertura comercial.

4.2.2 Vendas e Pessoal Empregado (CNI)

Outra fonte de informações trabalhada foram os índices da atividade industrial produzidos pelas Federações das Indústrias sob a coordenação da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). As Federações Estaduais sempre coletaram informações relativas aos níveis de vendas e de emprego de seus associados. No entanto, nem sempre as metodologias coincidiam ou havia continuidade no trabalho. Recentemente, a CNI começou a montar um sistema nacional de estatísticas econômicas mensais, onde cada Federação coleta e gera grupos de índices de vendas, emprego, capacidade utilizada, etc, com uma metodologia homogênea. Esse sistema tem como base janeiro de 1992. A amostra considerada em cada estado representa no mínimo 50% do gênero classificado segundo o IBGE.

O sistema, embora já esteja operando, encontra-se ainda em fase de aperfeiçoamento e caminha para uma efetiva unificação metodológica estando em alguns estados está mais consolidado que em outros. Embora apenas sejam divulgados os índices e não os valores absolutos, pode-se avaliar a trajetória das atividades nos diferentes estados.

Não foi possível obter todas as informações para todos os estados, por exemplo, os índices de emprego em Minas Gerais e os índices de venda em São Paulo. Assim sendo, trabalhou-se apenas o índice de Vendas Totais e o de Pessoal Empregado.

4.2.2.1 O Gênero Têxtil

Os principais resultados podem ser sintetizados como se segue. TABELAS 11 e 12, GRÁFICO 5 e 7.

- Para o gênero Têxtil o padrão cíclico das vendas é o de um U invertido, cujo ápice é o meio do ano. A diferença, em 1995, é que até onde os dados permitem avaliar, ainda não ocorreu a fase de expansão.

- Os estados com maior concordância de trajetória são Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

- Pernambuco e o Paraná destacam-se pela particularidade de suas trajetórias. Pernambuco por estar em uma trajetória decadente desde julho de 1993 e o Paraná por uma trajetória com oscilações muito elevadas.

- O Ceará é o que apresenta a melhor trajetória. É o único a ter elevação de vendas no primeiro semestre de 1995, onde o ramo ascendente do U invertido apareceu.

Minas Gerais manteve uma certa estabilidade, estagnacionista, ao longo de 93 e do primeiro semestre de 1994, e profunda queda das vendas em 1995. O mesmo acontece como o Rio de Janeiro e Santa Catarina em 1995. A diferença é que para este último estado a queda não foi tão profunda.

4.2.2.2 O Gênero Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido.

. . . . . .

Neste caso, a síntese aponta para o que se segue. TABELA 12 e GRÁFICO 6.

- Para o gênero Vestuário, o padrão cíclico tende para o formato de um U normal, cujos ápices são os meses de novembro/dezembro.

- Santa Catarina e Minas Gerais são os estados com os níveis mais elevados de vendas.

A correlação quanto aos níveis de emprego é na maioria das vezes negativa entre os estados.

- Há uma tendência geral de queda nos níveis de emprego nos últimos meses do primeiro semestre de 1995, excetuando-se o Paraná.

- Pernambuco vem numa longa trajetória de estagnação e queda no emprego. O Ceará segue uma trajetória contrária. Vem em ascensão desde o primeiro semestre de 1994.

- Tanto o Paraná como Santa Catarina seguem uma trajetória de ascensão do emprego desde o primeiro semestre de 1994, que começa a reverter a partir do final de 1994, com maior intensidade para o Paraná.

TABELA 10
VENDAS DOS GÊNEROS TÊXTIL; VEST.,CALÇ.ART.TECIDOS
COEFICIENTE DE CONCORDÂNCIA DE KENDALL JAN 1992-JUNHO 1995

Grupos de Estados	TÊXTIL	VESTUÁRIO
CE,PE,MG,RJ,,PR,SC	K=.51	K= 46
CE,PE,MG,RJ,SC	K=.66	K=
CE,MG,RJ,PR,SC		K=.68
CE,MG,RJ,SC	K= 75	K=.80

TABELA 11
VENDAS DO GÊNERO TEXTIL COEF.CORRELAÇÃO SPEARMAN
JAN 92-JUNHO 95

	CE	PE	MG	RJ	PR	SC
CE						
PE	.46					
MG	.49	.41				
RJ	.63	.62	.60			
PR	.X	X	X	X		
SC	.69	.44	.67	.69	X	

(*) X Representa Coeficiente não-significante

- Nenhum dos estados, salvo em alguns momentos, manteve níveis de pessoal empregado equivalentes à média de 1992. O traço comum é a redução do emprego, no entanto no final de 1994 há uma elevação em Pernambuco e Santa Catarina.

- São Paulo e Paraná apresentam os mais baixos níveis de emprego entre os estados considerados.. No final de 1994, início de 1995, o patamar do emprego em São Paulo sofre uma abrupta queda7

4.2.3 Origem das Compras e Destino das Vendas (Secretarias Estaduais)

A análise que se segue foi feita com base em dados das Secretarias de Fazenda de alguns estados*. A origem das compras da indústrias Têxtil e de Vestuário, mostra em primeiro lugar o grau de integração dentro dos estados e também o impacto da liberação comercial à medida que se alteram os percentuais de compras realizados no exterior. Essa medida não é perfeita porque nada impede que um produto importado por um atacadista de São Paulo seja revendido para a indústria do Ceará. Essa operação seria contabilizada no Ceará como compra de outros estados e não como compra do exterior. Da mesma forma,se esse atacadista estivesse no Ceará e fizesse a mesma operação,ela seria contabilizada como compra dentro do estado. Apesar desses problemas estas informações podem servir como indicador do impacto da abertura comercial. Vide tabelas 4.9 e 4.10. Em síntese:

- Há uma elevação das compras feitas no exterior, reflexo da abertura comercial, tanto para a indústria Têxtil como para a de Vestuário, em todos os estados considerados. Os percentuais são particularmente elevados no final do período e nos estados do Nordeste.

- Por outro lado, também há uma elevação do percentual das vendas para o exterior, indicando que a abertura está sendo um processo com duas vias. Essa elevação para o gênero Vestuário, em alguns casos, é proporcionalmente maior para as exportações que para as importações. No estado de São Paulo, isso é particularmente expressivo.

- A elevada proporção de vendas dentro do próprio estado de Santa Catarina revela os intensos processos de reorganização industrial em curso no estado.

- Santa Catarina e o Nordeste, regiões que apareciam com melhor desempenho na indústria de Vestuário, são as que mais compram produtos no exterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto conclusão, geral pode-se dizer que até agora a liberalização comercial não mudou nenhuma tendência estrutural na divisão espacial do trabalho do setor, apenas aprofundou as existentes. Uma segunda conclusão geral é que a conta do ajuste foi paga na sua maior parte pelos produtores agrícolas e, talvez ,pelos pequenos e médios industriais de Vestuário.

A produção de algodão foi severamente abalada pela liberalização das importações. Isso não se deveu a nenhuma pressão de custos, pelo contrário estava em um contexto de preços estáveis, mas com grandes estoques que forçaram os preços para baixo. Essa queda mais a elevação das margens de lucro das algodoeiras/maquinistas, reduziu ainda mais os preços recebidos pelos produtores. A conseqüência foi a redução pela metade da área produzida no país.

TABELA 12
VENDAS DO GÊNERO VESTUÁRIO - COEF.CORRELAÇÃO SPEARMAN
JAN 92-JUNHO 95

	CE	PE	MG	RJ	PR	SC
CE						
PE	X					
MG	.56	X				
RJ	.64	X	.67			
PR	.45	X	.33	.26		
SC	.48	X	.80	.70	.51	

A cultura ainda se manteve, em grande parte pela migração para regiões com terras mais baratas

* Esses dados existem em todas elas, mas nem sempre estão sistematizados na forma apresentada aqui. Para isto foi necessário um trabalho especial de compatibilização de arquivos feito por estas Secretarias para fornecer os dados desta pesquisa.

que aquelas onde tradicionalmente o cultivo ocorria. A marcha do algodão prosseguiu em direção ao oeste de São Paulo e do Paraná, atingindo o Centro-Oeste e ocupando novas áreas no Nordeste, o oeste da Bahia e o sul do Piauí. Nas áreas tradicionais de produção no Nordeste, as áreas do ***mocó,*** praticamente desapareceu a cultura.

As indústrias Têxteis e de Vestuário foram, historicamente, as mais protegidas indústrias brasileiras. Com o processo de liberalização comercial, iniciado ainda no governo Sarney, elas continuaram sendo as mais protegidas. Essa longa proteção fez com que o setor produzisse com tecnologia muito ultrapassada. No início do processo, foi de imediato reduzida a tarifa de importação de matérias-primas e de máquinas para que elas se modernizassem. Muitas fizeram esses investimentos, que implicaram inclusive em volumosas reduções de mão-de-obra. Hoje em dia os números desse contingente de desempregados são utilizados para ilustrar os efeitos danosos da concorrência!!

Naquelas regiões onde já haviam problemas estruturais nessas indústrias, a situação parece ter ficado mais grave. É o caso, por exemplo, de Pernambuco, Minas Gerais e mesmo São Paulo. A boa surpresa parece ser o Rio de Janeiro, que dá sinais de estar saindo de um longo período de decadência. Por outro lado, novas regiões se consolidam como é o caso do Ceará e Santa Catarina e outras despontam como promessa, como é o caso do Paraná. Nessas regiões, a diferenciação está na organização integrada da cadeia produtiva e/ou na modernização de equipamentos e também na forte participação do setor externo. Vide MAPA 1.

Os resultados de outros trabalhos do projeto*, referentes à desregulamentação e/ou privatização do setor de energia elétrica e do setor portuário, apontam como forte possibilidade a elevação das tarifas de energia elétrica no Brasil e ainda como indefinida a disputa que apontará o porto brasileiro com melhores condições de competitividade.

A definição desses elementos terá importantes impactos sobre as atuais tendências da divisão espacial do trabalho no país, particularmente no que se refere à cadeia Algodão-Têxtil-Vestuário. As duas regiões emergentes, no Sul e no Nordeste do Brasil, apresentam características particularmente sensíveis a eles.

A indústria do Sul é abastecida com algodão proveniente do Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraguai e Argentina (ROLIM, 1996)[10]. Isto lhe dá uma certa vantagem em relação às situadas nas áreas mais tradicionais como Rio de Janeiro, Minas e São Paulo, embora não seja essa a razão da sua maior competitividade. Ela reside na maior integração dentro da cadeia produtiva. No entanto se as tarifas de energia elétrica sofrerem elevações diferenciadas ao longo do território nacional esse quadro ficará cada vez mais incerto. Suponhamos que os preços fiquem proporcionalmente mais baixo nas áreas tradicionais. Elas poderão reverter a tendência que hoje lhes é desfavorável. No entanto, se a energia elétrica ficar proporcionalmente mais cara exatamente nessas áreas, poderá significar o golpe de misericórdia nas suas indústrias têxteis. Da mesma forma, as vantagens no abastecimento da matéria-prima, o algodão em pluma, será definido pelo formato que vier a adquirir a atual estrutura de transporte. Se algum porto entre o Rio e São Paulo conseguir abastecer esses dois centros com vantagem em relação ao abastecimento de Santa Catarina, basicamente feito por vias terrestres, a balança voltará a pender favoravelmente para essas regiões.

* IPEA Impactos Regionais dos Processos de Regulamentação e Privatização

TABELA 13
INDÚSTRIA TÊXTIL ORIGEM DAS COMPRAS E DESTINO DAS VENDAS

CEARÁ

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
ANO	CE	BR	EXTERIOR	CE	BR	EXTERIOR
1990						
1991						
1992	20,0	76,4	3,6	13,6	73,2	13,2
1993	19,9	49,5	30,6	14,2	77,8	8,0
1994	35,4	30,4	34,2	22,2	68,6	9,2
1995	18,7	52,9	28,4	19,5	67,9	12,6

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda CE-Dpto. Arrecadação *Janeiro à Setembro

PERNAMBUCO

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	PE	BR	EXTERIOR	PE	BR	EXTERIOR
1990	31,63	63,66	4,71	16,80	82,32	0,88
1991	29,18	61,60	9,22	13,69	83,72	2,58
1992	31,48	62,24	6,28	14,17	81,68	4,15
1993	28,19	61,97	9,84	14,31	80,87	4,82
1994	32,13	59,77	8,11	16,05	80,02	3,93
1995	29,56	51,77	18,67	18,63	79,37	2,00

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda PE-Dpto. Arrecadação

SÃO PAULO

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	SP	BR	EXTERIOR	SP	BR	EXTERIOR
1990	66,8	25,8	7,4	57,8	36,7	5,5
1991	62,8	27,8	9,4	55,5	35,5	9,1
1992	64,9	28,2	6,8	54,1	35,5	10,4
1993	64,0	26,6	9,4	54,2	38,2	7,6
1994	65,2	25,6	9,2	52,9	40,5	6,7
1995	60,8	23,3	15,9	54,6	40,1	5,3

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda SP - Diplat-Assiat *Janeiro à Abril

PARANÁ

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
ANO	PR	BR	EXTERIOR	PR	BR	EXTERIOR
1990	81,52	16,09	2,39	44,95	48,68	6,37
1991	84,45	13,81	1,74	47,35	46,84	5,81
*1992	76,82	20,29	2,89	47,48	46,52	6,00
*1993	65,58	28,54	5,88	50,10	43,29	6,61
*1994	69,61	22,49	7,90	40,51	50,50	8,99
1995						

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda PR-Ass. Econômica * Dados Provisórios

SANTA CATARINA

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
Ano	SC	BR	EXTERIOR	SC	BR	EXTERIOR
1990	50,0	11,1	38,9	61,5	10,2	28,3
1991	78,0	20,5	1,5	67,8	18,5	13,7
* 1992				63,5	20,1	16,3
1993	68,1	18,8	13,2	53,8	20,4	25,8
1994	60,2	18,6	21,2	46,9	16,4	36,7

FONTE:Dados Brutos- Sec. Plan. e Faz./Ger. de Cadastro Tributário (*) Dado Inconsistente por problemas no registro

TABELA 14
INDÚSTRIA VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS TECIDOS
ORIGEM DAS COMPRAS E DESTINO DAS VENDAS

CEARÁ

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	CE	BR	EXTERIOR	CE	BR	EXTERIOR
1990						
1991						
1992	50,5	49,4	0,03	13,4	84,7	1,9
1993	45,7	54,2	0,19	14,4	83,2	2,4
1994	48,6	49,2	2,22	23,8	74,7	1,5
1995	43,6	52,9	3,50	16,2	83,1	0,7

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda CE -Depto. Arrecadação * Jan. a Set.

PERNAMBUCO

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	PE	BR	EXTERIOR	PE	BR	EXTERIOR
1990	50,2	49,4	0,4	19,9	79,0	1,01
1991	35,1	48,2	16,6	16,2	78,2	5,6
1992	26,2	68,7	5,2	13,2	76,5	10,3
1993	23,0	49,8	27,2	11,2	78,0	10,8
1994	23,4	60,7	15,9	15,0	77,0	8,3
1995	21,8	76,3	1,9	21,6	77,3	1,1

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda PE-Dpto. Arrecadação

SÃO PAULO

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	SP	BR	EXTERIOR	SP	BR	EXTERIOR
1990	69,7	26,6	3,7	46,0	49,6	4,3
1991	69,9	25,2	4,8	45,5	46,8	7,7
1992	70,4	25,4	4,3	41,8	47,2	10,9
1993	77,3	19,7	3,0	50,2	40,0	9,8
1994	75,3	20,1	4,6	43,2	45,0	11,7
***1995**	73,9	19,4	6,6	43,0	44,7	12,3

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda SP - Diplat-Assiat * Jan. à Abril

PARANÁ

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	PR	BR	EXTERIOR	PR	BR	EXTERIOR
1990	38,1	61,5	0,4	53,2	46,5	0,24
1991	40,6	58,9	0,54	54,8	44,4	0,8
***1992**	34,6	64,3	1,1	48,3	50,0	1,8
***1993**	38,6	60,6	0,84	50,0	48,4	1,6
***1994**	43,5	55,2	1,3	52,1	46,3	1,6

FONTE: Dados Brutos- Sec.Fazenda PR-Asses. Econômica *Dados Provisórios

SANTA CATARINA

	ORIGEM DAS COMPRAS			DESTINO DAS VENDAS		
	SC	BR	EXTERIOR	SC	BR	EXTERIOR
1990	28,2	3,0	68,8	45,1	3,8	51,1
1991	46,7	6,2	47,1	60,0	10,2	29,8
1992	76,6	6,5	16,8	76,8	12,0	11,2
1993	16,7	12,4	70,9	25,6	14,9	59,5
1994	44,6	6,8	48,6	64,5	10,2	25,3

FONTE: Secretaria do Planejamento e Fazenda/Gerencia de Cadastro Tributário

GRÁFICO 1 - BRASIL-ÍNDICES DO ALGODÃO 1973-1995

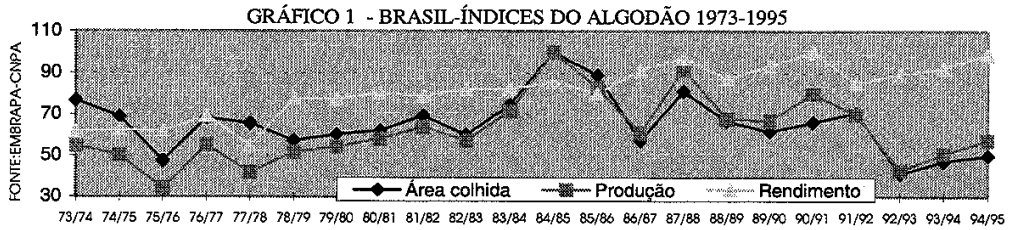


GRÁFICO 2 ÁREA COLHIDA DE ALGODÃO - PARANÁ, SÃO PAULO, CENTRO-OESTE 1973-1995

FONTE:EMBRAPA-CNPA

GRÁFICO 3 INDÚSTRIA TÊXTIL - PRODUÇÃO FÍSICA REGIONAL - 1981-1993

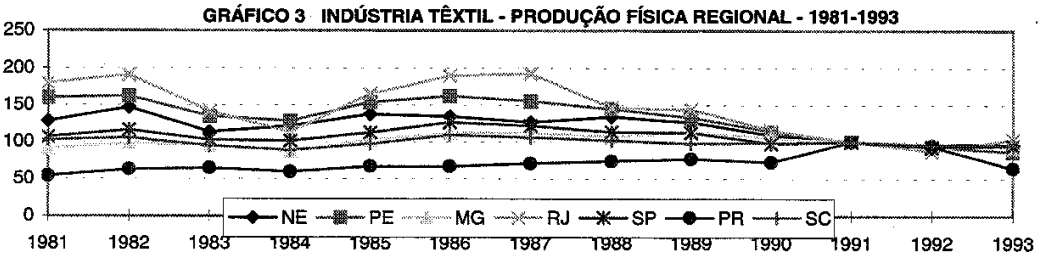


GRÁFICO 4 IND. VEST., CALÇ., ARTEF. TEC. - PRODUÇÃO FÍSICA REGIONAL 1981 -1993

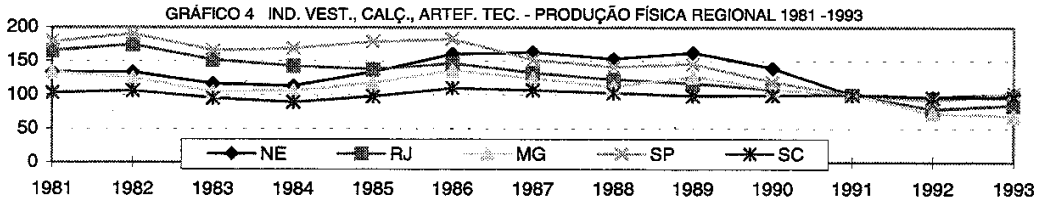
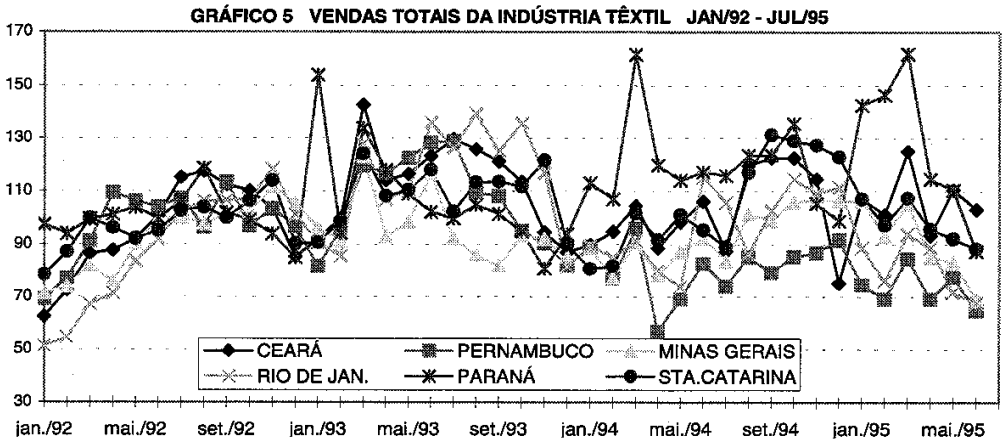
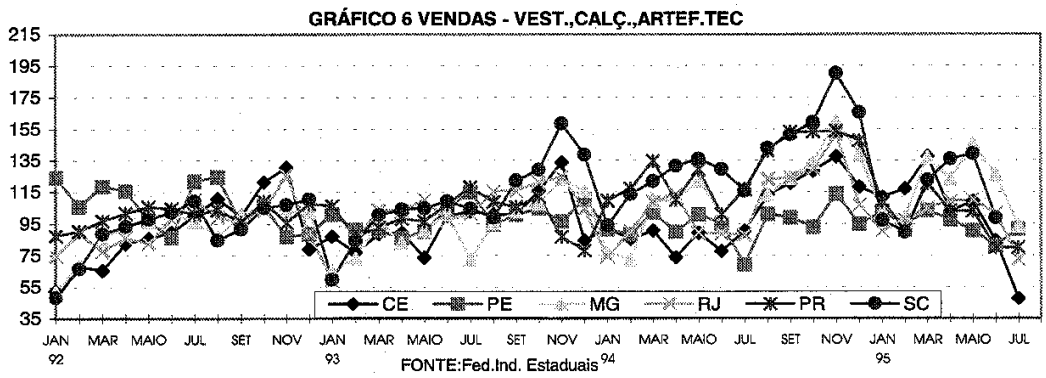


GRÁFICO 5 VENDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA TÊXTIL JAN/92 - JUL/95





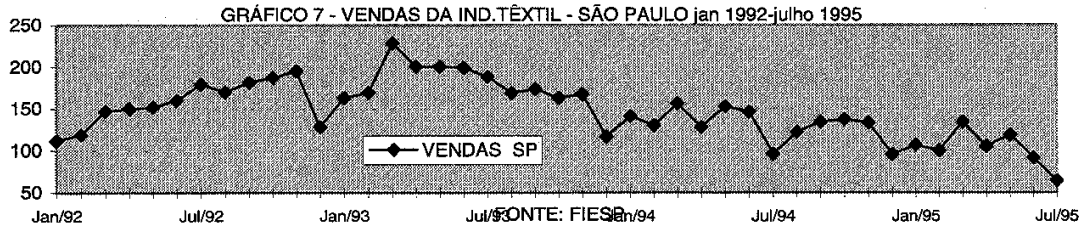
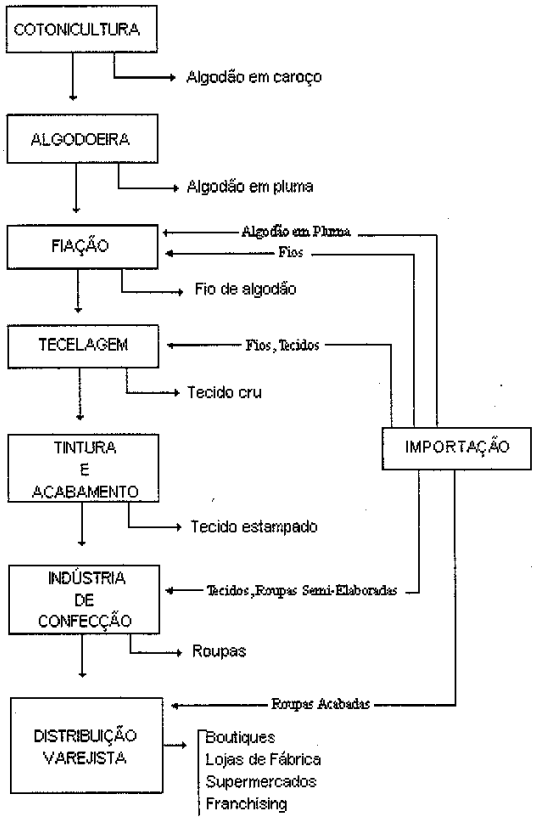


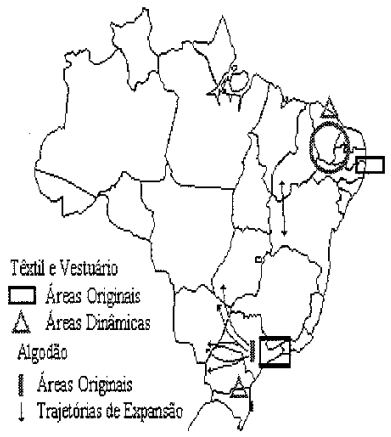
Figura 1

FLUXO GENÉRICO DA PRODUÇÃO TÊXTIL BRASILEIRA - 1995



Mapa 1

Áreas Originais e Trajetórias de Expansão



O abastecimento da indústria nordestina é feito com algodão vindo da África. Essa redução nos custos de transporte dá uma grande vantagem a essa região que dificilmente será superada mesmo que outros portos do Centro-Sul do país venham a exercer uma grande supremacia. A fragilidade da região estará nas suas deficiências de energia elétrica.

Como foi visto, a abertura comercial brasileira basicamente não alterou as tendências estruturais da divisão espacial do trabalho na cadeia produtiva Algodão-Têxtil-Vestuário, no entanto a desregulamentação e/ou privatização do setor de energia elétrica e do setor portuário poderão vir a fazê-lo. Porém tão importante quanto esses elementos será a definição da política agrícola para a produção do algodão no Brasil.

ABSTRACT:

ABSTRACT:Brazil's trade liberalization during the last six years has not changed the structural tendencies of the Spatial Division of labor in the productive chain linking Cotton, Textile and Clothing. This merely accelerated the process and intensified the existing conflicts between the three components. It also accelerated the extension of cotton production to the West ("The March of Cotton to the West"), the competition among declining textiles regions (such as Pernambuco, Minas Gerais and São Paulo) and those more dynamic (such as Santa Catarina and Ceará). The commercial opening had a dual effect, because both textile exports and imports are growing. On the other hand those producers who are still using old technologies, are closing plants. But the price of this adjustment process was paid by the cotton farmers and, perhaps, by the small and medium clothing firms.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BLANDER, M. a Indústria sob ameaça. **Revista Noticia**, São Paulo, p.8-14, 1995.

02. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: FGV, ago:1995.

03. A CRISE que afeta o setor têxtil. **Gazeta Mercantil**, São Paulo.

04. HRIVANATZ, W. a competitividade do setor têxtil do Brasil em comparação a países selecionados. In: CONFERÊNCIA DE TECNOLOGIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO, 4, 1991, Rio de Janeiro: Senai-Cetif, 1991.

05. IPARDES. **Estudo da competitividade do algodão do Centro Sul Brasileiro**. Curitiba, 1995. 133p.

06. MELO, M. L. de. **Regionalização agraria do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978

07. NAZARETH, P. A. **A Liberalização Comercial no Brasil** : impactos sobre o complexo têstil / vestuário. Rio de Janeiro: IEI, 1994. Dissertação (Mestrado).

08. OLIVEIRA G. O Setor têxtil em Pernambuco : aspectos gerais, Recife: FIEPE/DECON, 1887.52 p.mineo.

09. PARANÁ teve 2186 indútrias criadas no primeiro semestre. **Jornal de indústria e comércio**, Curitiba

10. ROLIM C. F. C. **Efeitos regionais da abertura comercial sobre uma cadeia produtiva**: algodão, têxtil, vestuário. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. 62P.nimeo.

11. _____, **A Nova dimensão especial do trabalho** no Brasil. Brasília: CNPf, 1996 Relatório de Pesquisa.

12. ROLIM, C.F.C., CARLEIAL, L. M. F. **O complexo agroindustrial do algodão no Ceará** : considerações iniciais sobre as implicações decorrentes da sua desartienlação. Fortaleza: FIEC, 1990.71p.

13. SIEGEL, S. Non - paxametric statistics for tha behavioral sciencis. New Yorck: Mc graw - Hill, 1956.

14. SINDITEXTIL-CE. **A Evolução e expectativa da industria têxtil no Ceará**. Fortaleza, 1995.30p. mineo.

15. SISTEMAS INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ. Curitiba: FIEBP/DEC, v.10, n. 8, 1995.

16. UNICAMP/VFRJ/ FUNDAÇÃO DOM CABRAL et al. Estado da competitividade da industria brasileira: competitividade do complexo têxtil . Campinas, SP, 1993. 75 p.

Recebido para publicação em 04.07.97